



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 2ª Vice-Presidência



CORTE ESPECIAL

Agravo Regimental em Recurso Especial no Processo nº 0206777-4

Agravante: Município da Vitória de Santo Antão

Agravado: Edelson de Santana Silva

Relator: Des. Fernando Ferreira

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. SUSCITAÇÃO DE OMISSÃO NA DECISÃO AGRAVADA. MATÉRIA QUE DESAFIAVA A OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INADMISSIBILIDADE DE SUA ARGUIÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. APLICABILIDADE DE DECISÃO DE MÉRITO DO STJ EM QUESTÃO DE RECURSO REPETITIVO. DECISÃO AGRAVADA REVERENTE À NORMA ESCRITA NO ART. 543-C, § 7º, INCISO I, DO CPC. DECISÃO MANTIDA.

1. Suposta ocorrência de omissão quanto a fundamento diverso daquele insculpido no art. 543-C/CPC deve ser suscitada em sede de Embargos de declaração, não opostos no caso concreto, configurando o fenômeno processual da preclusão.
2. Consoante a inteligência da norma escrita no art. 543-C, §7º, inciso I, do Código de Processo Civil, o julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça do mérito do recurso selecionado representativo de controvérsia implica a inadmissibilidade de recurso especial impugnatório de acórdão lavrado em sintonia com a orientação firmada pelo STJ no tema.
3. Do julgamento pelo STJ do REsp 1251993/PR, resultou a compreensão de que aplica-se o prazo quinquenal (Decreto 20.910/32) nas ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública, em detrimento do prazo trienal contido do Código Civil de 2002 (tema 553).
4. Inexiste nas razões que animam o agravo doméstico argumento forte o suficiente para desconstituir a convicção da decisão agravada, de que a controvérsia emoldurada nos autos da causa se enquadra no tema de orientação firmada pelo STJ quando do julgamento de mérito do recurso especial selecionado representativo de controvérsia.
5. Agravo regimental desprovido.



ACÓRDÃO

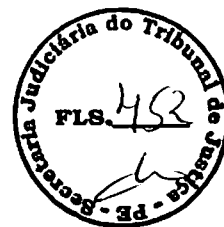
Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo Regimental nº 0206777-4, julgado em 22 de setembro de 2014 e em que figuram, como agravante, Município da Vitória de Santo Antão, e, como agravado, Edelson de Santana Silva, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, unânimes, em **negar provimento** ao agravo, consoante relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife, 22 de setembro de 2014

Des. **Fernando Eduardo Ferreira**
2º Vice-Presidente e relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 2ª Vice-Presidência



CORTE ESPECIAL

Agravo Regimental em Recurso Especial no Processo nº 0206777-4

Agravante: Município da Vitória de Santo Antão

Agravado: Edelson de Santana Silva

Relator: Des. Fernando Ferreira

RELATÓRIO

Agravo Regimental interposto contra decisão da 2ª Vice-Presidência deste TJPE que, em face do disposto no art. 543-C, § 7º, inciso I, do CPC, negou seguimento a recurso especial interposto pela parte aqui agravante.

No caso concreto, o recurso excepcional teve seu trânsito obstado mercê da constatação de que o acórdão recorrido observa com fidelidade a orientação traçada pelo STJ no julgamento do mérito do recurso representativo de controvérsia do Tema 553 – “*Aplica-se o prazo prescricional quinquenal – previsto do Decreto 20.910/32 – nas ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública, em detrimento do prazo trienal contido do Código Civil de 2002*” (REsp 1251993/PR, DJe de 19.12.2012).

Em síntese, nas razões de sua insurgência a parte agravante argumenta que “...é imperioso ressaltar que não há que se falar do recebimento de qualquer valor no período anterior a 03 (três) anos da propositura da ação, tendo em vista o prazo prescricional trienal, previsto no parágrafo 3º, V, do artigo 206, do Código Civil” (fl.435). No mais, alega que “o Recurso Especial foi interposto não só para discutir o prazo prescricional previsto no art. 206, § 3º, do Código Civil, mas também o art. 3º do CPC, haja vista a ilegitimidade passiva do Município recorrente, que não foi objeto do repetitivo citado” (fl. 434).

Não tendo exercido o juízo de retratação, apresento este agravo em mesa na primeira sessão deste órgão julgador competente que me está sendo possível, após a recepção dos autos correspondentes em meu Gabinete (RITJPE, art. 254, § 1º).

É o relatório.

Des. **Fernando Eduardo Ferreira**
2º Vice-Presidente e relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 2ª Vice-Presidência



CORTE ESPECIAL

Agravo Regimental em Recurso Especial no Processo nº 0206777-4

Agravante: Município da Vitória de Santo Antão

Agravado: Edelson de Santana Silva

Relator: Des. Fernando Ferreira

VOTO

Quanto ao argumento de que a decisão agravada deixou de apreciar a suscitação de ilegitimidade passiva, colho que cabia à parte agravante ter arguido alegada omissão em sede de embargos declaratórios, justamente para sanar o sobredito pecado, no sentido de trazer para a decisão fundamento diverso daquele inculcado no art. 543-C/CPC. Desse ônus, porém, a parte recorrente não se desincumbiu a tempo e modo, eis que aviou, apenas, o agravo regimental. Destarte, configurado está o fenômeno processual da preclusão.

No mais, cuido que nas razões que subsidiam a insurgência recursal inexistente qualquer argumento forte o suficiente para ensejar a pretendida reforma da decisão agravada.

É que, em boa verdade, a matéria que informa a controvérsia emoldurada nos autos da causa está em rigorosa conformidade com a questão suscitada no REsp nº 1251993/PR. De cujo julgamento pelo STJ resultou a compreensão de que aplica-se o prazo quinquenal (Decreto 20.910/32) nas ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública, em detrimento do prazo trienal contido do Código Civil de 2002.

Confirmo, pela transcrição da ementa do acórdão conferido ao citado recurso paradigma:

"ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (ARTIGO 543-C DO CPC). RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL (ART. 1º DO DECRETO 20.910/32) X PRAZO TRIENAL (ART. 206, § 3º, V, DO CC). PREVALÊNCIA DA LEI ESPECIAL. ORIENTAÇÃO PACIFICADA NO ÂMBITO DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

1. A controvérsia do presente recurso especial, submetido à sistemática do art. 543-C do CPC e da Res. STJ n 8/2008, está limitada ao prazo prescricional em ação indenizatória ajuizada contra a Fazenda Pública, em face da aparente antinomia do prazo trienal (art. 206, § 3º, V, do Código Civil) e o prazo quinquenal (art. 1º do Decreto 20.910/32). (...)

3. Entretanto, não obstante os judiciosos entendimentos apontados, o atual e consolidado entendimento deste Tribunal Superior sobre o tema é no sentido da aplicação do prazo prescricional quinquenal - previsto do Decreto 20.910/32 - nas ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública, em detrimento do prazo trienal contido do Código Civil de 2002.

4. O principal fundamento que autoriza tal afirmação decorre da natureza especial do Decreto 20.910/32, que regula a prescrição, seja qual for a sua natureza, das pretensões formuladas contra a Fazenda Pública, ao

contrário da disposição prevista no Código Civil, norma geral que regula o tema de maneira genérica, a qual não altera o caráter especial da legislação, muito menos é capaz de determinar a sua revogação. Sobre o tema: Rui Stoco ("Tratado de Responsabilidade Civil". Editora Revista dos Tribunais, 7ª Ed. - São Paulo, 2007; págs. 207/208) e Lucas Rocha Furtado ("Curso de Direito Administrativo". Editora Fórum, 2ª Ed. - Belo Horizonte, 2010; pág. 1042).

5. A previsão contida no art. 10 do Decreto 20.910/32, por si só, não autoriza a afirmação de que o prazo prescricional nas ações indenizatórias contra a Fazenda Pública foi reduzido pelo Código Civil de 2002, a qual deve ser interpretada pelos critérios histórico e hermenêutico. Nesse sentido: Marçal Justen Filho ("Curso de Direito Administrativo". Editora Saraiva, 5ª Ed. - São Paulo, 2010; págs. 1.296/1.299).

(...)

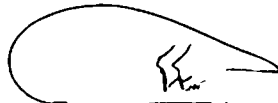
7. No caso concreto, a Corte a quo, ao julgar recurso contra sentença que reconheceu prazo trienal em ação indenizatória ajuizada por particular em face do Município, corretamente reformou a sentença para aplicar a prescrição quinquenal prevista no Decreto 20.910/32, em manifesta sintonia com o entendimento desta Corte Superior sobre o tema.

8. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime do artigo 543-C, do CPC, e da Resolução STJ 08/2008.

(1ª Seção, REsp 1251993/PR, rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 19.12.2012).

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.

É como voto.



Des. Fernando Eduardo Ferreira
2º Vice-Presidente e relator